

14

A SUPERPRODUÇÃO DE CAFÉ E A
ECONOMIA NACIONAL*Queima do café*

Ninguém pode negar os benefícios que resultaram da política da queima do café; trata-se, porém, de uma medida de emergência e não de uma política comercial de caráter permanente.

Estamos com falta de braços. No entanto, talvez existam 200 mil pessoas ocupando-se da produção e manipulação de um artigo para ser destruído. O valor da "produção social" dessas 200 mil pessoas deve ser superior a 300 mil contos anuais.

O simples enunciado desses números demonstra que já é tempo de se dar uma solução mais completa ao problema e que a nação será largamente beneficiada com o aproveitamento eficiente desses braços, que agora gravam a economia nacional com uma produção negativa.

Cadastro dos cafezais

Como medida preliminar, deve ser organizado, e urgentemente, um cadastro completo dos cafezais existentes no Brasil. Conviria que esse trabalho compreendesse não só um inventário rigoroso do número de pés de café, senão também a sua idade, qualidades, espécies, produções médias, natureza das terras em que se acham plantados, custo de transporte para os diferentes portos, salários pagos nas várias localidades e recursos técnicos utilizados na colheita, tratamento e benefício nas várias regiões.

Esses dados permitiriam a organização de uma série de mapas e gráficos necessários para habilitar os homens de Estado a mais exatamente conhecer as possibilidades econômicas das diferentes zonas e fazer as previsões aproximadas para colheitas futuras.

O problema a ser enfrentado

Estamos com um excesso anual de produção sobre o consumo, avaliado em mais de 5 milhões de sacas. Todos que estudam os fenômenos econômicos conhecem a dolorosa repercussão da superprodução sobre a economia social. A produção em excesso, a que não é absorvida pela sociedade, gera a miséria e provoca, mais que qualquer outro elemento, a revolta nos espíritos.

Como admitir que patrícios nossos, que trabalham de sol a sol nas duras labutas da lavoura, garantidos pelas condições de segurança coletiva e, muitas vezes, estimulados por medidas governamentais, compreendam a contingência de vender seus produtos abaixo do custo real ou de vê-los encalhados, sem colocação?

Os puristas da chamada escola liberal dirão que as inexoráveis leis econômicas remediariam o caso, com o correr do tempo, eliminando, pela falência e abandono das fazendas, esse excesso de produção... É a lei da sobrevivência dos mais capazes. Mas a história econômica mostra, incessantemente, que no atual estado de civilização não se pode e não se deve deixar os povos à mercê dos iníquos resultados de uma tal lei.

Assim como se admite a necessidade de se guiar, convenientemente, as populações, para que escolham melhor a sua alimentação, a fim de evitar as moléstias que contaminam o meio social e assegurar maior eficiência ao homem de trabalho, compete também aos poderes públicos, principalmente nos países de pouca cultura, como o nosso, orientar suas atividades para que se não concentrem em um único ramo, ocasionando as superproduções, que também afetam o ambiente social com suas temíveis repercussões.

No campo industrial, esse problema já está em boa parte resolvido graças à proibição de importação de máquinas para indústrias em superprodução e devido aos acordos sobre fechamento de fábricas.

No Brasil, contingências econômicas ocasionaram grandes concentrações na monocultura do café. De fato, as políticas coloniais dos diferentes povos europeus vêm restringindo há cerca de três séculos o consumo de produtos brasileiros. Somente o café, devido às condições excepcionais em que é aqui produzido, conseguiu, não obstante tais políticas, um mercado mais amplo. Mas a população do país cresce rapidamente, e, devido não somente a esta circunstância, como também às emulações governamentais e à lei econômica que conduz todos a empregar seus esforços em atividades que forneçam maiores proventos, deu-se a superprodução do café, com que corajosamente vimos lutando há tantos anos. Não são mais possíveis soluções de emergência; temos que enfrentar o caso, procurando tirar de uma má situação o melhor partido possível.

A procura do algodão, das frutas, das plantas oleaginosas e de vários produtos da pecuária está oferecendo outros derivativos para o trabalho agrícola. A falta de braços, que se sente em nosso país, indica que há vasto campo para outras atividades. O desperdício do trabalho efetivo de mais de 200 mil colonos, traduzindo tão avultados prejuízos para a economia social, não mais se justifica. A situação anormal em que se apresenta o mundo está, também, apontando que devemos procurar aqui mesmo a solução de nossos grandes problemas.

A solução do problema

Poderíamos instituir com rapidez uma grande organização de crédito que proporcionasse recursos a todos os agricultores que quisessem empregar sua atividade em outras culturas, em substituição à do café, até um limite que assegurasse um melhor equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo.

Concretizemos num exemplo: O fazendeiro de café "A" possui 500 mil pés em regime de produção francamente deficitária. Recorre à instituição de crédito organizada para esse fim. Um corpo de técnicos opinaria sobre a natureza da cultura mais apropriada em que "A" deveria empregar a sua atividade. Para o fim especial de trabalhar em novas culturas, receberia um adiantamento, garantido pela sua propriedade, na base, por exemplo, de

1\$500 por pé de café destruído. O juro desse adiantamento deveria ser mínimo, seja 2% ao ano, apenas o indispensável para o pagamento das despesas do custeio da organização de crédito. O prazo de resgate dos empréstimos variaria de 10 a 20 anos, conforme a natureza da cultura e os resultados auferidos pelo lavrador.

Como consequência de tal medida, haveria uma transição de atividades agrícolas improdutivas para produtivas; e isso sem o sacrifício de uma classe honrada e laboriosa a quem o Brasil tanto deve e que está sofrendo por causas, em grande parte, decorrentes de fenômenos sociais e internacionais, que não estavam a seu alcance prever e evitar.

Os recursos necessários

Para a criação e fomento de novas culturas, e, portanto, de novas fontes de produções reais que possam ser absorvidas pela sociedade, constituindo o que os alemães chamam "bens sociais", não teria dúvida em aconselhar o franco recurso da emissão, que seria resgatada, à medida que fossem amortizados os empréstimos concedidos à lavoura.

O dinheiro deve precipuamente ser um signo de produção. Não tenho receio de aconselhar, pois, a sua criação paralelamente com a de novos produtos.

Outras medidas

Não criamos ainda em nosso país uma mentalidade econômica coletiva suficiente para compreender que, sendo o Brasil um país produtor dos chamados "produtos coloniais", sofremos enormemente, e cada vez mais, a concorrência das zonas tropicais situadas nos vastos impérios coloniais, já existentes ou em formação.

Já tive oportunidade de demonstrar que um dos poucos aliados que possuímos para penetrar nessas economias, que dia a dia mais se fecham contra nós, são os capitais estrangeiros já fixados no Brasil.

Temos, também, que resolver paralelamente com o problema do café, básico para a economia nacional, o do bom emprego do

poder aquisitivo de que dispõe o país. As nações, como os indivíduos, possuem um determinado poder aquisitivo, que em regra está limitado ao valor de suas exportações. Da sua boa utilização resultará o maior ou menor progresso nacional. O indivíduo que aplicar toda a sua renda em fins improdutivo, não constituindo reservas, nem elementos propulsores de uma evolução progressista, está condenado à ruína. Uma nação que dispondo de um determinado poder aquisitivo externo, ao invés de o utilizar adquirindo, de preferência, elementos para o seu aparelhamento econômico, sementes, máquinas agrícolas, veículos de transporte, reprodutores, matérias-primas e produtos de consumo não-imediato, empregá-lo na importação de artigos de luxo, de alimentação e de consumo imediato, está fadada ao empobrecimento.

A racionalização da importação do Brasil é um imperativo econômico inelutável, que já foi compreendido por todos os países criados na Europa após o Tratado de Versalhes e por grandes nações, como a Itália, Alemanha e outras. Precisamos traçar uma política econômica nacional que abranja todos esses problemas e da qual constitua "magna pars" uma forte política cafeeira.

O que acima exponho não exclui a necessidade de uma providência de emergência para a situação atual do café. Desde, porém, que essa providência constitua apenas um parágrafo de um grande artigo em que se dê uma solução racional e duradoura ao problema, não pode e nem deve encontrar oposição dos que, amando este país, devem, preliminarmente, respeitar os que se dedicam à sua maior atividade, a lavoura cafeeira.

Foram essas, em síntese, as considerações por mim expendidas perante os representantes dos vários Estados cafeeiros do Brasil, na reunião ontem realizada.

Muito cordialmente, subscrevo-me patricio e admirador. —
(a.) Roberto Simonsen.

APÊNDICE

Café e povoamento

No começo do século XIX, quando o café iniciou a sua vitoriosa penetração no Vale do Paraíba, onde ia conquistar para o

país o primeiro posto na sua produção mundial, acorreram àquelas regiões, de vários pontos do Brasil, principalmente da Capital Federal, das Minas Gerais e de São Paulo, homens de coragem, que assim se tornaram os pioneiros na abertura dos difíceis sertões dos "desertos das montanhas".

Das Minas Gerais, principalmente, vieram os descendentes dos bandeirantes, que ainda possuíam escravos e outros bens, procurando ressarcir, na exploração de tão promissora cultura, os prejuízos e as desilusões, que vinham experimentando, há muitos anos, na mineração deficitária e numa agricultura pobre, nos antigos locais, onde se haviam instalado os seus maiores, mas em que já se haviam esgotado as decantadas aluviões auríferas.

No grande vale, onde, até 1820, se contavam apenas meia dúzia de pequenas povoações, começaram a surgir numerosas vilas, que logo se tornaram importantes pelo enriquecimento dos fazendeiros de café. Valença, antigo acampamento de índios Coroados, teve sua origem em eras mais remotas, pois ali se fundara, no tempo do Vice-rei D. Luís de Vasconcelos, um centro de domínio e catequese de índios, cujas correrias prejudicavam as comunicações com as Minas Gerais. Tornou-se, após 1820, um importante centro na zona cafeeira.

Para aí desceram também os Nogueiras da Gama, de Minas Gerais, com os seus bens, os seus escravos, as suas montarias, abrindo fazendas de café. Filho de uma Nogueira da Gama, nasceu Inácio Wallace em Valença, a 3 de outubro de 1836. Seus pais, dispondo de recursos, fizeram-no cursar os melhores estabelecimentos de ensino da época: Instituto Colegial de Nova Friburgo, dirigido por John Henrique Freese, que considerava Inácio Wallace um de seus primeiros alunos; Colégio Calógeras, em Petrópolis, e, finalmente, as aulas do sábio Barão de Totphoeus, na Corte.